

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : N GLOBO

CLASS. : 1352

DATA : 11 02 91

PG. : editorial

Uma política para o índio

ENQUANTO o Governo não sabe o que fazer com a Funai, o espaço deixado pela indecisão de natureza administrativa poderia ser aproveitado para uma reflexão realista sobre o problema indigenista brasileiro.

A ONDA de suicídios de jovens índios que vem ocorrendo na comunidade caiová, da Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul, constitui ponto de referência importante para a avaliação que a questão reclama.

DE IMEDIATO é preciso considerar que a reduzida população indígena brasileira está fragmentariamente distribuída no País, o que aumenta a dificuldade para a aplicação de qualquer política indigenista — e, de certa forma, também para a sua formulação. Não há como generalizar métodos e soluções, tão aberto é o leque das peculiaridades tribais. Cada grupo apresenta formas e etapas específicas de comportamento cultural e reage tipicamente aos programas governamentais realizados em nome de sua proteção e assistência. A Funai identifica 200 grupos indígenas, falando 170 linguas diferentes.

ALÉM desse problema preliminar, no Brasil ainda não encontramos o denominador comum para as duas principais correntes que disputam a escolha

de um destino para a nossa remanescente população indígena.

UMA forte corrente de antropólogos concentra sua preocupação na preservação das tradições e da cultura do índio, querendo-o suficientemente insulado em suas reservas naturais para resistir as contaminações e deformações da civilização.

DO LADO oposto colocam-se os que defendem a inteira aculturação do índio, ou seja, a sua integração no meio, nos costumes e em todo o sistema de vida da sociedade moderna.

UMA opção de meio-termo é, obviamente, a que mais se recomenda. Nem a segregação pura e simples do elemento indígena, nem a sua abrupta transposição para níveis de desenvolvimento e de civilização que lhe são estranhos e talvez insuportáveis. Principalmente, nenhuma rigidez na fixação de critérios genéricos.

O GOVERNO Collor propõe-se a realizar um novo programa demarcatório das áreas indígenas, o que abrangerá um total de 86.717.756 hectares (10% do território nacional) para 230.328 donos. A demarcação completa representará a peça-chave de uma política indigenista de maior equilíbrio e tranqüilidade.

É IMPERATIVO que as tribos sejam respeitadas dentro do

seu território próprio e que fiquem protegidas contra a ação invasora ou predatória de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e outros crônicos agentes de conflito com os índios. Mas há uma contrapartida a invocar. A população indígena ocupa áreas do patrimônio nacional, e há normas, limites, necessidades e exigências que atendem ao interesse geral brasileiro e que devem ser levadas em conta. Respeitar direitos não é sinônimo de conceder privilégios.

RAZÕES inerentes ao desenvolvimento do País (construção de rodovias, ferrovias e usinas hidrelétricas, exploração de recursos minerais etc.) em muitos casos precisam prevalecer sobre a tese da intangibilidade das áreas indígenas. Tampouco se há de permitir que o índio opere como agente do deflorestamento e de outras dilapidações ecológicas e econômicas, sob o pressuposto de que lhe é dado agir como bem quiser no âmbito de sua propriedade.

TUDO isso conduz à conveniência de um modus vivendi com as tribos que, abandonando o dogmatismo das teorias, e também reconhecendo a histórica ineficiência oficial no trato do problema, busque a compatibilidade entre as comunidades indígenas e a Nação inteira.